

A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE PRECÁRIAS NA BNCC

Vanderlan da Silva Soares ¹
Fernando Silva de Jesu ²

RESUMO

O neoliberalismo é uma arte contemporânea de produzir e de governar subjetividades precárias e dentro da escola esse fenômeno abarca os corpos que são percebidos como transgressores. O neoliberalismo maneja as instituições escolares para a "normalização" dos corpos disciplinando dicotomicamente os limites entre o que é normal e aceitável e o que é abjeto. Os corpos desviantes são importantes para que a disciplina e a hierarquia se concretizem, pois a lógica binária depende dos abjetos para fornecer a fronteira da normalidade.

Palavras-chave: Currículo, Abjeto, Normalidade, Neoliberalismo corpos, BNCC.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular é fruto de longo processo de luta entre os movimentos sociais preocupados com a melhoria da educação e a lógica mercantil das elites. A construção do documento iniciou-se durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, com a Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que regulamenta o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Uma segunda versão foi publicizada em 2016, aberta à participação com sugestões e críticas, mas neste momento o Brasil passava por uma grave instabilidade política que gerou o golpe de estado que provocou o impeachment da presidenta Dilma.

Após esse fato os rumos da política brasileira sofreram “um aprofundamento da lógica mercantil que já estava presente, mas não de modo tão radical”(CÁSSIO, F CATELLI, R. 2019. p.112), tal aprofundamento foi sentido no sistema educacional e em 2017, na gestão Michel Temer, o Ministério da Educação (MEC), acelerou a entrega da versão final da BNCC ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e em 22 de dezembro

¹Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Paulo- SP, vanderlan.soares@unifesp.br;

² Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo - SP, fernando.jesus@unifesp.br;

de 2017 o CNE apresenta RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

O Aceleração da construção da BNCC devido às turbulências políticas, nos dá a impressão que mais parecia chancela de um documento que estava pronto e baseado em documentos curriculares de outros países, como por exemplo os Estados Unidos.³ Apple (2005) alerta sobre a importação de modelos curriculares estadunidenses para outros países: “Políticas desenvolvidas nos Estados Unidos, são exportadas e, em seguida apropriadas por outras nações, muitas vezes com pouca compreensão.”(APPLE, 2005, p.17)

“[...] é possível produzir um documento curricular sério e democrático num período tão curto, somos levados a pensar que para alcançar tal feito só mesmo partindo de um documento pronto, que só precisaria de uma tradução, no caso de ter sido inspirado num currículo estrangeiro, e de uns ajustes para remover as digitais do provável “Ctrl+C, Ctrl+V”. Esta hipótese é plausível, se levarmos em conta o alto grau de semelhança da base de Matemática com o currículo australiano (ACARA) e com a base norte americana (Common Core)”. (BIGODE, 2019, p.127)

Ainda no governo Dilma, o setor econômico, por meio de institutos e fundações como: *A Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna, o Movimento pela Base* entre outros, mostraram grande interesse na promulgação da BNCC, principalmente a Fundação Lemann via *advocacy*⁴ na tentativa de influenciar o debate. Com advento do novo governo e a celeridade que a nova gestão do MEC concedeu na implantação da BNCC, a grande mídia⁵ principalmente a especializada em economia inunda jornais e reportagens televisivas com opiniões favoráveis a nova organização curricular brasileira, que na sua última versão atendeu a lógica empresarial (CÁSSIO, 2019 p.21).

STANKEVECZ & CASTILLO (2018) aponta como a base tem um caráter meritocrático, assolando as reduções das desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres. “A BNCC vem marcada pelo signo da meritocracia, podendo vir a ser

³ Se a política de teste não foi bem sucedida, outro componente da reforma empresarial da educação estadunidense encontra grande dificuldade para provar sua eficácia, pelo menos até esse momento: trata-se da ideia de um “padrão” nacional de aprendizagem, que nos Estados Unidos é conhecido como *Common Care*, que no Brasil está sendo implantado de forma mais ampla, para todas as disciplinas da escola, com o nome da Base Nacional Comum Curricular. (FREITAS, 2019, p.92)

⁴Prática de influenciar a formulação de políticas e a alocação de recursos públicos. As estratégias de *advocacy* podem incluir organização de eventos, financiamento de estudos e pesquisas, campanhas publicitárias, artigos na imprensa etc. Quando a abordagem dos agentes públicos é feita de forma direta, a prática ganha o nome de *lobbying*.

⁵Para maiores informações a respeito da mídia e a BNCC : <https://www.researchgate.net/publication/324906830_A_construcao_da_Base_Nacional_Comum_Curricular_na_midia_que_atores_e_posicoes_foram_veiculados_pelo_jornal_Folha_de_Sao_Paulo> acessado em 03 de Agosto de 2024.

responsável pela exclusão de sujeitos e instituições e da diversidade de pensamento sobre o currículo. Esta nova visão de currículo traz embutida uma lógica empresarial”.

Há algum tempo, a Lemann tem investido em ações sistemáticas de *advocacy* da BNCC. Junto a outros atores, a fundação compõem o Movimento pela Base Nacional Comum, que tem influenciado os debates nacionais sobre a Base desde 2014 e galvanizado conexões entre o currículo nacional obrigatório, o mundo das avaliações em larga escala e a indústria do livro didático e das assessorias pedagógicas privadas no Brasil. (CÁSSIO, 2019 p.16).

O governo Temer com incumbência acelerar as reformas do Estado brasileiro pela ótica neoliberal, pauta da grande imprensa e dos setores empresariais desde do governo Dilma, empreende mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho, da mesma forma como na BNCC, operacionalizada pela lei Nº 13.467 de 2017 flexibilizando as relações entre trabalhadores e empregadores, o que só trouxe lucro para os empregadores e desemprego, precarização e rebaixamento de salário aos trabalhadores.

Por conseguinte, a BNCC surge em plena crise do Estado brasileiro, o conservadorismo e neoliberalismo são as soluções encontradas para reformar o tamanho “excessivo”⁶ do Estado brasileiro, caracterizado por um elevado patamar de gastos em relação ao PIB, drenando recursos da sociedade para grupos privilegiados e parasitários. O Estado, portanto, estaria “gastando demasiadamente”, principalmente em programas sociais e de transferência de renda. O resultado de um processo dentro da BNCC é o que Freitas (2014) assinala como *reformadores empresariais*: são instituições empresariais e não governamentais que prestam assessorias para governos e que trazem para o campo educacional experiências do mundo do mercado. Para o Freitas (2014), os reformadores atuam como “novos colonizadores”:

Os empresários aceitam a correlação entre pobreza e baixa aprendizagem, mas defendem a tese liberal de que cabe à escola compensar as desigualdades sociais garantindo acesso ao conhecimento, leia-se, garantindo o “básico” para todos, mesmo sabendo que mais da metade das variáveis que afetam o rendimento do aluno estão fora da escola. Novamente, os reformadores não ignoram estas interações culturais, eles apenas se sentem os “novos

⁶ Ora, é acelerando a dissolução dos referenciais políticos de direito e da democracia, em função do imediatismo da acumulação do capital, que a crise é gestada pelo neoliberalismo. A consequência imediata é a dissolução dos referenciais jurídicos e legais em torno da aplicação de recursos públicos na saúde, educação, segurança e seguridade social. A retirada dos parâmetros sociais de segurança faz parte do enervamento do dispositivo de seguridade neoliberal, quer dizer, gerar insegurança social é fundamental para a orquestração de subjetividades maleáveis à adaptação imposta. Na civilização do rendimento, como presume Lazzarato (2019), uma produção de subjetividade para o mercado precisa ser produzida. Mas na mesma proporção também dissolve os territórios subjetivos. Logo, o ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado. Seus territórios existenciais originários — corpos, espaço doméstico, clã, culto — não são mais arrimados a um solo permanente, mas se ligam doravante a um mundo de representações precárias e em perpétuo movimento”. (CARVALHO, 2023, p. 5)

colonizadores” que trarão a “boa cultura” às camadas populares imersas na pobreza, na qual mergulharam por demérito próprio ou falta de oportunidade. A isso chamam de “responsabilidade social das empresas”. Com isso, tiram o foco da pobreza que eles mesmos geram e colocam os holofotes, primeiramente, sobre a escola. (FREITAS 2014, p.1090).

Após esse pequeno contexto no que concerne a construção da BNCC, percebemos que o documento emerge como *arquivo*⁷, que produz subjetividades precárias, naturalizando as deformidades do sistema de ensino e culpabilizando os indivíduos pelo seu fracasso, ao invés de investimentos nos apresentam como solução termos como: *resiliência e flexibilidade*⁸ como é apresentado nas competências gerais da educação básica.

Flexibilidade é um eufemismo para a autossuficiência coletiva que é necessária aos trabalhadores, pois os princípios do neoliberalismo, como a competição individual e a mercantilização, se fossem seguidos à risca, levariam o sistema ao colapso. Em outras palavras, a “flexibilidade”, “adaptabilidade” e “resiliência” são formas de as pessoas absorverem o impacto do modo de vida neoliberal, como a reserva que mantém de pé um sistema insustentável. (LOPES, 2019 p.70).

Resiliência e flexibilidade é cotidiano de todos os alunos que foge às normas de gênero/raça/sexualidade, A instituição escolar tende a “invisibilizar”, selecionar e até mesmo banir identidades, corpos ou desejos que não atendam aos papéis sociais dominantes. Articulada às questões de raça, sexualidade e classe social, gênero nos ajuda a compreender e a questionar as hierarquias, a fronteira construída socialmente do que é considerado superior, normal, correto, padrão, belo, prioritário, adequado por uma determinada sociedade em um determinado momento histórico, daquilo que é considerado inferior, desvio, marginal, patologia, secundário, inadequado.

“Por volta da segunda metade do século XIX, a analogia entre degeneração de raça e de gênero passou a exercer uma forma especificamente moderna de dominação social, com o surgimento de uma intrincada dialética - entre a domesticação das colônias e a racialização das metrópoles. Nas metrópoles, a ideia de desvio racial era evocada para policiar as classes “degeneradas” - a classe trabalhadora militante, os irlandeses, os judeus, as feministas, os gays e as lésbicas, as prostitutas, os criminosos, os alcoólatras, e os loucos - , eram vistas coletivamente como desviantes da raciais, atávicos em regressão a um momento primitivo da pré-história humana, sobrevivendo ominosamente no coração da moderna metrópole imperial”. (McCLINTOCK, 2010, p. 76)

⁷ O arquivo teria o condão de constituir ou, ao contrário, extinguir atos, dizeres e comportamentos progressos. Ou seja, um instrumento potente de forja histórica, tanto no que se refere à composição do de determinado passado, quanto no que diz respeito à invenção do próprio presente. (AQUINO, 2019 p.106)

⁸ “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”. (BRASIL, 2017).

A BNCC submetida aos olhares conservadores que eliminaram qualquer menção à questão de gênero e sexualidade. CARREIRA (2019), elaborou um histórico de retrocessos que os conservadores conseguiram colocar em pauta durante governos petistas. “Os mesmos movimentos ultraconservadores que pressionaram pela expansão do ensino religioso cristão nas escolas públicas do país (2009), pela não distribuição do kit de materiais do Programa Saúde e Prevenção na Escola (2010), pelo veto aos materiais educativos do Projeto Escola sem Homofobia (2011), pelo fim da distribuição de preservativos para escolas públicas de Ensino Médio (2012), pela retirada do ar das Campanhas do Ministério da Saúde destinadas à prevenção das DSTs/HIV a jovens gays e a prostitutas (2012) e que disputaram os Planos de Educação para retirar as menções a gênero, sexualidade e raça das leis (2013-2016)”.

As demandas impositivas da elite brasileira impõe sobre a educação bloqueiam a qualidade da educação pública para fortalecer a educação da elite, aliadas ao o conservadorismo invisibiliza e hierarquiza os corpos de bichas, pobres, travesti entre outros, além da ausência na BNCC, de questões ligadas às sexualidades e educação sexual, tais temas são rechaçados por movimentos conservadores como é o caso do “Escola Sem Partido”, que tem inspirado uma série de Projetos de Lei que visam proibir a discussão do tema nas escolas. Em resposta a esses projetos, duas decisões recentes do STF decidiram pela inconstitucionalidade desses projetos, conforme matéria publicada no *site* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Em dois julgamentos realizados nos últimos dias, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, por unanimidade, a inconstitucionalidade de leis municipais que proibiam a abordagem de gênero em escolas. No último dia 8, foi anunciada a decisão sobre a ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 526, que versava sobre legislação de Foz do Iguaçu (PR). Anteriormente, no dia 24 de abril, a corte havia reconhecido a inconstitucionalidade de uma lei do município de Novo Gama (GO). Um novo julgamento, com conteúdo similar, está marcado para o dia 22 de maio. Trata-se da ADPF 467, referente a lei de Ipatinga (MG), que veda qualquer temática relacionada à diversidade de gênero na rede de ensino municipal (ANPED, 14 de maio de 2020)⁹.

⁹Disponível

em: <https://www.anped.org.br/news/por-unanimidade-stf-reafirma-inconstitucionalidade-de-proibicao-de-discussao-de-genero-em#:~:text=Por%20unanimidade%2C%20STF%20reafirma%20inconstitucionalidade%20de%20proibi%C3%A7%C3%A3o,discuss%C3%A3o%20de%20g%C3%AAnero%20em%20escolas&text=Um%20grupo%20de%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20elaborou,no%20movimento%20Escol a%20sem%20Partido. Acessado em 5 de agosto de 2022>

Assim sendo, temas como: racismo, sexualidades, sexo e regulações de gênero foram invisibilizados, tornados “tabus” que devem ser evitados, a fim de não causar discussões polêmicas em uma época tão conservadora na qual professores são perseguidos e legislação contra “ideologia de gênero” são proposta nos poderes estaduais e municipais¹⁰. Essa situação, no entanto, fomenta a invisibilidade e violência (*bullying*) produzindo a “pedagogia da norma” e reproduzindo a hierarquia por meio de dicotomias de “seres normais/seres abjetos”.

A BNCC, operando como arquivo, orienta os profissionais da educação sobre quais são os saberes validados pela sociedade e que, portanto, são indicados para aprendizagem dos alunos. Esse conjunto de informações são convertidas em “verdades canônicas” que todo professor deve disseminar em sala de aula. Para Foucault essas verdades são um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. (FOUCAULT, 1979, p.14). A verdade está ligada ao sistema de poder e esse sistema que produz o conhecimento oficial também conhecido como a “história dos vencedores”, interditando todo o conhecimento não hegemônico.

O arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui ao nível dos corpos e dos dias. [...] Dessa forma, todas as instituições e lugares de exclusão passam a ser regulamentados, normatizados, disciplinados, através de uma regularização binária louco/não louco e normal/anormal. A divisão constante do normal e do anormal, a que todo indivíduo é submetido, leva até nós, e aplicando-os a objetos totalmente diversos, a marcação binária e o exílio dos leprosos; a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais faz funcionar os dispositivos disciplinares que o medo da peste chamava. Todos os mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são dispostos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo, compõem essas duas formas que longinquamente derivam (FOUCAULT, 1997 p.165).

Carvalho (2020), nos aponta que como todo regime de verdade é a disposição de uma veridicção, ou seja, a divisão do que é considerado verdadeiro ou falso (FOUCAULT, 2004 a), o neoliberalismo já parte da violência de seu regime de verdade. Tal violência, sob a conjuntura maior do dispositivo de segurança, justificada teoricamente, dissipa pelos microdispositivos institucionais pertinentes ao neoliberalismo sua própria veridicção. Em outros termos, há de se indagar se os golpes

¹⁰ Porém, apostando na desinformação, na ignorância, no pânico moral, o movimento Escola sem Partido e grupos fundamentalistas religiosos aliados seguem divulgando irresponsavelmente em diversos municípios que as escolas “estão proibidas” de abordar as questões de gênero (CARREIRA, 2019, p.79).

de violência não teriam sido precedidos por golpes microfísicos justamente para preparar, desde o cotidiano, as subjetividades para aceitarem a violência da imposição em curso.

Não obstante, a governança é o fiel da balança das crises instaladas na governamentalidade neoliberal, onde a suposição de contínuo aprimoramento na eficiência, previsibilidade e calculabilidade da gestão, seguramente, tendo por parâmetro a gestão financeira. Por exemplo, a redução das experiências educativas coladas às demandas de índices de avaliações internacionais como o PISA — orquestrado pela OCDE — converge para a governança pautada por pressões da financeirização especulativa. Conforme as respostas esperadas se distanciam da planificação dos índices demandados pela governança neoliberal, ataca-se a educação pública alegando a sua insuficiência. Assim, justificam-se reduções e cortes orçamentários pelos investimentos públicos de larga escala para defender a privatização da própria educação. Não menos importante, criam-se enredos ideológicos extremos alegando desvio de função formativa da escola: o movimento Escola Sem Partido, o combate às educações de gênero, o acumpliciamento do poder militar na composição de Escolas Cívico-Militares e a Base Nacional Comum Curricular — planificando e impondo os mesmos circuitos de competências e habilidades em função da precarização do trabalho — são expressões marcantes desse cenário. Mas o essencial é que tudo isso é caudatário do contexto histórico pós-fascista que atravessa a contemporaneidade. (CARVALHO, 2023, p. 8).

Estas ações reforçam aquelas feitas pelos professores no interior do processo de ensino diretamente com o aluno. Em determinadas situações as crianças, em função de seu desempenho, serão classificadas como deficientes, indolentes ou fracassadas. A escola reproduz as assimetrias existentes no passado, transformando-as em tradição e legado.

A continuação dos processos históricos que utilizam as ideologias de classificação social (racial e sexual), bem como das técnicas legais e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não puderam deixar de se caracterizar como hierarquia. “Estratificada racialmente, elas apresentam um tipo de contínuo de cor que se manifesta em um verdadeiro arco-íris classificatório. No Brasil, por exemplo, existem mais de cem denominações para designar a cor das pessoas. Nesse contexto, as segregação de mestiços, índios ou negros torna desnecessária, porque *as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante*” (GONZALEZ, 2020 p.143).

E da mesma forma que existe uma avaliação informal das crianças pelos professores, há uma contínua avaliação informal entre as próprias crianças. Quem já vivenciou tais processos nas escolas sabe que eles podem chegar a ser violentos e depreciativos. “A escola se transforma em um local aversivo para quem tem problemas de aprendizagem ou não se ajusta à cultura escolar oficial, independentemente de boas intenções” (FREITAS p.1114)

(...)meninas e os meninos negros enfrentam uma realidade escolar que silencia diante do racismo cotidiano e que não aponta perspectivas positivas de futuro. É fundamental lembrar que o racismo na escola se concretiza por meio não só de atitudes ativas (agressões, humilhações, apelidos, violências físicas), mas de forma “sutil” por meio da falta de reconhecimento e de estímulo, da negação de uma história de resistência do povo negro no Brasil e de suas identidades, da desatenção, da distribuição desigual de afeto e da baixa expectativa positiva por parte de profissionais de educação com relação ao desempenho de crianças, jovens e adultos negros. As políticas de avaliação e de promoção da aprendizagem ainda pouco refletem sobre estas desigualdades de gênero e raça como questões estruturantes do desafio educacional brasileiro e sobre o racismo como obstáculo para o desenvolvimento de habilidades, entre elas, de leitura, escrita e matemática. Nesse quadro, é urgente rever tais políticas e investir, entre outras ações, na implementação efetiva da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) alterada pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, não somente como uma ação de reparação ao povo negro, mas como estratégia fundamental para o enfrentamento do racismo, questionamento dos referenciais de escola, ampliação da noção de qualidade educacional e revisão do que se compreende por “nação brasileira”. Esse investimento também deve envolver a implementação da LDB alterada pela Lei 1.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e das culturas dos povos indígenas brasileiros.(VIANNA, 2016 p.33)

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A experiência com o advento da BNCC não promoveu a principal função social da escola: que é contribuir para o fortalecimento de uma sociedade plural e democrática. Com a grave crise política no momento em meados de 2016 e um conluio entre a elite pautas e a mídia proporcionou a obstrução do debate progressista com pauta de costumes, sensacionalismo e fake news disseminada pela mídia conservadora com objetivo de confundir e seduzir os a população brasileira pobre, temas como pedofilia, “ideologia de gênero”, “mamadeira de piroca” desestabilizaram o campo progressistas e com isso a discussões sobre a base foram tomadas pela lógica empresarial e a interdição religiosas de temas que se referem a gênero/sexualidade.

A sedução do estado moderno pela lógica do capitalismo neoliberal o faz aproveitar as duas frentes de problemas. De um lado, se empenha em proteger o cidadão, mas privilegiadamente o cidadão economicamente produtivo em dose farta que responde imediatamente às coordenadas da produção e da superexploração, do consumo, da lei e da norma; de outro, produz miséria por toda parte para justificar

sua atuação como mediador necessário na solução de questões sociais. Nesse sentido, o Estado não se acanha em acolher, e até propor, medidas paliativas para conter os efeitos abusivos de sua política de guerra contra as populações flutuantes. Não se cansa de precarizar algumas vidas, esgotá-las de maneira ostensiva, vampiriza-las, deixá-las a nu, no limite, anulá-las. Insere, descaradamente em sua agenda de políticas sociais, projetos de contenção da violência urbana, tomada como causa da insegurança, quando, na verdade, a violência urbana não passa do efeito do seu dispositivo de segurança. Ou seja, ele propõe conter o que ele mesmo produz. A justificativa não pode ser outra senão a violência aceitável para garantir a ordem social e conter a violência inaceitável.(MEIRELES, 2019, p.7)

Como desmontar a lógica neoliberal binária que o sucesso e fracasso são culpa do estudante que não se esforçou ou da escola que não deu as melhores condições para os alunos? Carvalho (2020) proporciona algumas pistas “a escola pública é desafiada a não se distanciar do seu papel intercessor de situar os seus sujeitos na multiplicidade do pensamento, na diferença existencial, na razão contestatória, nos princípios da contradição do pensamento, na democracia dos credos, dos sexos, das cores, das culturas, porém, não para aceitá-las passivamente, mas para produzi-las constantemente afetar as políticas públicas brasileiras, BNCC, não pode continuar sendo desculpa para arrimar a precarização da formação humana, nesse caso, destilando a destruição criativa da singularidade de cada espaço escolar.

REFERÊNCIA:

- APPLE, M.W. **Para além da lógica do mercado**. Compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo Rio de Janeiro, Editora DP&A 2005.
- AQUINO, Julio Groppa. **Educação pelo arquivo: ensinar, pesquisar, escrever com Foucault**. Editora Intermeios - São Paulo, 2019
- BIGODE, A.J.L.**BASE, QUE BASE?** o caso da matemática. In: CÁSSIO, F. CATELLI, R. Jr. **Educação é a Base?** 24 educadores discutem a BNCC – São Paulo: Ação Educativa, 2019.336p.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Ministério de Educação e Cultura. Brasília, 2017.
- CARREIRA, D. **Gênero Na Bncc: dos ataques fundamentalistas à resistência política** In: CÁSSIO, F., CATELLI, R. (org.). **Educação é a Base?** 24 educadores discutem a BNCC – São Paulo: Ação Educativa, 2019.
- CARVALHO, A.F. Foucault E **O Neoliberalismo de subjetividades precárias: Incidências Na Escola Pública Brasileira**.Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 6 N. 3 – pág 935-956 (set - dez 2020): “Itinerâncias entre Michel Foucault e Educação” DOI:10.12957/riae.2020.54579.

- CARVALHO, A. F. **Neoliberalismo e governamentalidade de crises no pós-fascismo**: que pode a educação? 6 Praxis & Saber, 2023, 14(38), e15070 <https://doi.org/10.19053/22160159.v14.n38.2023.15070>.
- CÁSSIO, F., CATELLI, R. (org.). Educação é a Base? 24 educadores discutem a BNCC – São Paulo: Ação Educativa, 2019.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005
- _____. **Poder e saber**. In: MOTTA, M. B. (Org.). Ditos e escritos IV. Michel Foucault: estratégias do poder-saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 223-240.
- _____. **M. A ordem do discurso**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- FREITAS, L. C. **Os Reformadores Empresariais da Educação**. Educação & Sociedade, v. 35, n°. 129, 2014, p. 1085-1114
- GONZALEZ, Lélia . **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos - 1º ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- LOPES, B. **BNCC e o avanço neoliberal nos discursos sobre Educação** In: CÁSSIO, F., CATELLI, R. (org.). Educação é a Base? 24 educadores discutem a BNCC – São Paulo: Ação Educativa, 2019.
- McCLINTOCK, A. **Couro Imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Trad. Plínio Dentzien - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- MEIRELES, I., **Precariedade e biopolítica**: uma leitura do dispositivo de segurança em Michel Foucault. Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes [en linea]. 2019, 16(1), 232-248[fecha de Consulta 15 de Agosto de 2022]. ISSN: 1806-5627. Disponible en: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/363/3631542011/>
- STANKEVECZ, P. Fátima, & CASTILLO, N. I. (2018). A construção da Base Nacional Comum Curricular na mídia: que atores e posições foram veiculados pelo jornal Folha de São Paulo?. Horizontes, 36(1), 31–48.
- VIANNA, Cláudia Carreira, Qual a agenda para as políticas educacionais? In: CARREIRA, Denise. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais** / Denise Carreira... [et al.]. São Paulo : Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016